6 7

8

9

10

11

12

13

14

15

16

17

18

19

20

21

22

 $\frac{22}{23}$

24

25

26

27

28

29

30

31

32

33

34

35

36

37

38

39

40

41

42

43

44

45

46

47

48

49

50

51

52

53

54

55

56

57

58

59

60

Ata da 219ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Saúde da Bahia (CES/BA)

Aos dezesseis dias do mês de abril de dois mil e quinze no Auditório Plenarinho da Assembleia Legislativa - Centro Administrativo da Bahia, com as presenças dos senhores membros do Conselho Estadual da Saúde: Ricardo Luís Dias Mendonça - Presidente, Beatrix Kunz, Célia Maria Alexandria de Oliveira, Déborah Dourado Lopes, Doraídes Alves Nunes Almeida, Edson Morais de Oliveira, Eliane Araújo Simões, Fábio Vilas-Boas Pinto, Francisco José Sousa e Silva, Isadora Oliveira Maia, José Silvino Gonçalves dos Santos, Lílian Fátima Barbosa Marinho, Liliane Elze Falcão Lins Kusterer, Luiz Américo Pereira Câmara, Marcos Antônio Almeida Sampaio, Maria Helena Machado Santa Cecília, Mariana Cotrim, Olívia Santos Pereira, Sílvio Roberto dos Anjos e Silva, Walney Magno de Souza, (Conselheiros Titulares). Abdon Martins Pinho, Antônio Marcos Almeida Sampaio, Carlos Alberto Seixas Rio, Cícero Figueiredo Ribeiro, Gislene Villas Boas Torres da Silva, Jorge Geraldo de Jesus Rosário, Lázaro Figueiredo dos Santos, Lázaro Ribeiro de Souza, Leonídia Laranjeira Fernandes, Lourani Maria Carneiro, Maria do Carmo Brito de Morais, Viviane Almeida Sarmento, Waldir Cerqueira dos Santos (Conselheiros Suplentes) e a Sra. Elisabete Lima de Morais – Secretária Executiva do CES, para a reunião do CES/BA. Às catorze horas e vinte e cinco minutos, o Senhor Presidente declarou aberta a sessão, informando que o quorum não havia sido constituído ainda, e submeteu aos conselheiros iniciar a reunião somente na pauta dos informes. Tendo todos concordado, franqueou a palavra aos Senhores Conselheiros para fazerem as comunicações de suas entidades. A Conselheira Maria Helena Machado Santa Cecília colocou que não poderia estar presente nas reuniões do CES no período da manhã. (Nesse momento, houve falha no áudio, comprometendo assim a gravação). A conselheira Beatrix Kunz comunicou a Conferência Nacional dos Bispos em Aparecida, do dia quinze ao dia vinte e quatro do mês de abril de 2015. Informou que havia recebido um comunicado muito triste sobre os presos que estavam vivendo nus, sujos de fezes e urina, e no momento do Conselho Estadual de Direitos Humanos registrarem os problemas foram detidos pelo Diretor da Penitenciária Máxima Romeu Gonçalves de Abrantes, em João Pessoa, Paraíba. O pessoal do Conselho Estadual de Direitos Humanos entrou e detectou que não havia nenhum colchão, nem água potável, em um amontoado de oitenta homens nus, em uma cela com fezes em poças de água e urina, tendo apenas uma bacia higiênica esvaziada esporadicamente (Houve falha na gravação, comprometendo assim a fala da Conselheira). A Conselheira Eliane Araújo Simões informou que no dia nove de abril aconteceria no Estado da Bahia, o Encontro Estadual de Plenárias, promovido pela Federação Nacional dos Farmacêuticos e pelo Sindicato dos Farmacêuticos. E no mês de setembro de 2014, havia sido realizado no Estado da Bahia, um diagnóstico da Política Nacional de Assistência Farmacêutica. Estaria dando dois encaminhamentos: seriam estabelecidos diálogos e discussões daquilo que teria sido o motivo do diagnóstico da Assistência Farmacêutica, e ao mesmo tempo debater o trabalho do Farmacêutico no Setor Público e Privado. Seriam convidados Gestores, parlamentares e diversos atores (Houve falha na gravação, comprometendo assim a fala da conselheira). Informou ainda, que esse evento aconteceria no Hotel Plaza, na Avenida Ademar de Barros, 58, Ondina, no Hotel das Gordinhas. A Conselheira Déborah Dourado Lopes informou que havia levado ali algumas alunas no Estágio de Saúde Pública, solicitando que as mesmas se levantassem para serem aplaudidas. "Estamos querendo gente nova e sangue novo." Justificou, que havia saído como representação do Segmento de Gestores para a 19ª Plenária, o que havia coincidido com a primeira reunião de Chefes dos Estados. "Cheguei ontem à noite, inclusive dividi o vôo com o Governador, que foi extremamente gentil." Destacou que houve a aprovação do Plano de Auditoria para 2015, e a ideia de cada vez mais se fortalecer uma relação integrativa com componentes estaduais e o componente municipal. Lembrando que, como havia falado anteriormente, a Auditoria da SESAB era uma referência, porque os Auditores eram todos concursados, de carreira, bem como o Município. A idéia era, que em 2016 fosse feita uma Oficina de Planejamento Integrado, para que não se repetisse a ação, para o Município não receber a Auditoria da SESAB, da Controladoria Geral da União, do Ministério da Saúde, otimizar os recursos e ter maior resolutividade. O Senhor Presidente informou que o quorum já havia sido constituído, e colocou em aprovação a ata da 218ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Saúde que foi aprovada à unanimidade. Convidou a Sra. LEONÍDIA LARANJEIRA FERNANDES, para compor o CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE - CES, como representante Suplente dos Trabalhadores em Saúde, através do Sindicato dos Trabalhadores do Serviço Público Federal do Estado da Bahia -SINTSEF, em substituição a CÉLIA MARIA ALEXANDRIA DE OLIVEIRA; a Sra. MARIANA COTRIM para compor o CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE - CES, como representante Titular, do Fórum de Entidades de Patologias, através do Grupo de Apoio à Prevenção à AIDS, em substituição a HARLEY HENRIQUES DO NASCIMENTO; o Sr. LAZARO FIGUEIREDO DOS SANTOS para compor o CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE - CES, como representante suplente, dos Conselhos de Classe e demais Associações Profissionais, através do Sindicato dos Agentes Comunitários de Saúde e Contendores de Doenças Endêmicas e Epidemiológicas do Estado da Bahia, em substituição a ALDENILSON VIANA RANGEL; o Sr. ABDON MARTINS PINHO para compor o CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE - CES, como representante Suplente da BAHIAFARMA em substituição a JULIANE AVENA; e o Sr. LUIZ AMÉRICO PEREIRA CÂMARA, para compor o CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE - CES, como representante Titular das Entidades Congregadas em Sindicatos e Federações, através do Sindicato dos Médicos do Estado da Bahia - SINDIMED em substituição a FRANCISCO JORGE SILVA MAGALHÃES. Ressaltou, que havia feito um acordo com os Conselheiros, onde seriam somente dez inscrições. Os Conselheiros, que não tivessem a oportunidade de falar naquele momento, mas tarde poderia se pronunciar. O Conselheiro Luiz Américo Pereira Câmara relatou que há cerca de um ano havia denunciado na mídia, que o Hospital Roberto Santos (Houve falha na gravação, comprometendo assim a fala do conselheiro). Dentro desses leitos havia quatro leitos de Unidade de Terapia Intensiva (UTI). No final de março, a Secretaria havia conseguido os profissionais. Para surpresa, dos quatro leitos, somente dois estavam ativados, sendo que os outros dois continuavam desativados. Disse que tinha a informação de que os leitos seriam definitivamente desativados, e para isso foram demitidos um terço dos Médicos plantonistas. E isso foi feito através de uma mensagem via WhatsApp. Não existia nenhuma Comunicação Interna (CI) ou nenhuma informação, e o prazo de quinze dias. "Ou seja, 1º de maio vão procurar o seu rumo". Disse que esteve na emergência do Hospital Roberto Santos, tinham nove pacientes precisando de UTI e o Diretor havia justificado que queria cortar gastos. Ele quis dar um cala boca para os Médicos, falando que iria aumentar 25% dos salários para os Médicos ficarem ali tranquilos. Mas os Médicos não aceitavam. Estes queriam manter os leitos, os seus postos de trabalho e os leitos que existem fossem utilizados. Destacou que a economia do aumento que o Diretor teria dado seria de R\$1.000,00 (mil reais) por dia, e se considerasse custo de UTI, isso era pouco demais. "Será que a vida desses dois pacientes não vale mil reais por dia? O que vou falar para o filho de um paciente que esteve lá ontem perguntando se o pai iria para a UTI? Vou falar o que? Falar que o Diretor está economizando mil reais por dia? Vou falar, que daqui a seis meses ou um ano abrirá uma UTI de vinte leitos?" Informou que já havia feito o comunicado para a Secretaria, solicitava a sensibilidade da mesma, onde, até que fossem abertos novos leitos (Houve falha na gravação, comprometendo assim a fala do conselheiro). O Conselheiro Sílvio Roberto dos Anjos e Silva informou sobre a ocorrência do Encontro do Processo de Regionalização, e a partir daí acreditava, que os outros encontros muito mais efervescentes (Houve falha na gravação, comprometendo assim a fala do conselheiro). Informou que, toda a equipe da UTI do Hospital Ernesto Simões já havia sido transferida, com exceção de seis ou sete Fisioterapeutas, que estavam na indefinição de onde ficariam (Falha na gravação). O Conselheiro Abdon Martins Pinho informou, que o novo Diretor Geral da BAHIAFARMA, o Sr. Ronaldo Ferreira havia sido nomeado no dia quinze de abril, quarta-feira, e naquele dia já havia uma agenda em Brasília, não podendo estar presente na reunião do CES, mas teria o maior prazer em participar das reuniões. "Na próxima semana, Ricardo, ele terá uma agenda com você, para inclusive discutir e aproximar a BAHIAFARMA do Conselho mais ainda." O Senhor Presidente solicitou que o Conselheiro Marcos tivesse um pouco de paciência, pois, o Dr. Ronaldo havia assumido no dia anterior, provavelmente estaria organizando a questão do Conselho Curador e Marcos deveria ser informado de tudo aquilo. Informou que o CES deveria estar recebendo um convite para participar do evento da Rede Nacional de Religiões Afrobrasileiras e Saúde, do dia catorze ao dia dezesseis de maio em Ilhéus. "Conhecemos o Coordenador Geral dessa rede, que estará encaminhando o convite para o CES participar, solicitando a presença de alguns Conselheiros nesse evento." Informou ainda, que nos dias catorze e quinze de abril havia sido realizada a 19ª Plenária de Saúde, onde trouxe uma grande esperança do Sistema Único de Saúde. "Pela parte da manhã, houve mais de quarenta falas dos Estados na presença do Ministro Arthur Chioro, da nossa Presidente Maria do Socorro (falha no áudio). Inicialmente, esse ano a Conferência une entre a Nacional, Estados e Municípios, cada um fez uma avaliação da conjuntura política, avaliação da PL 4330, da PEC 453, onde todos os trabalhadores com carteira assinada terão que ter plano de saúde privado." Destacou que havia ficado deliberado, que à tarde teria uma audiência com a Presidente Dilma, foram escolhidos os vinte e sete Presidentes Estaduais, o Presidente que não estava presente estava sendo representado por Conselho de Plenária do seu Estado, a Mesa Diretora do Conselho Nacional de Saúde e mais quatro representantes de Entidades. "Fomos a essa audiência com a Presidente representar as nossas reivindicações, o veto da PEC 453, da PL 4330, discutimos um pouco com ela o financiamento do Sistema Único de Saúde, falamos para ela a questão de taxar as grandes fortunas e salientamos, que esse é um ano de Conferência Nacional, Conferências Estaduais e Conferências Municipais. Que a Presidente, através de cadeia nacional convocasse a população brasileira a participar das Conferências, e todo aquele pleito, que a Presidente do Conselho Nacional levou, ela deliberou que o Ministro Arthur Chioro faça a interlocução com o Conselho Nacional de Saúde e leve todas as nossas preposições com referência à Saúde Pública do nosso país." Comunicou que a Casa Civil havia anunciado nessa audiência, que estava lançando um site, onde a população iria falar diretamente com o Governo Federal. Um site onde seria possível obter sugestões, fazer críticas, e daria suporte ao Governo para as políticas públicas, não somente

61 62

63

64

65

66 67

68

69

70

71

72

73

74

75

76

77

78

79

80

81

82 83

84

85

86

87

88

89

90

91

92

93

94

95

96

97

98

99

100

101

102

103

104

105

106

107

108

109

110

111

112

113

114

115

116

117

118

119

a de saúde, mas, a macro do Governo Federal. O Conselheiro José Silvino Gonçalves dos Santos informou, que nos dias 1º, 02 e 03 no Município de Serrinha, seria realizada uma Plenária com o tema voltado para a população encarcerada. O Conselheiro Marcos Antônio Almeida Sampaio colocou, que na última reunião do CES havia sido eleito o Vice-Presidente da Gestão (Houve falha na gravação, comprometendo assim a fala do conselheiro). "Se o Secretário demonstrar aqui hoje, que será o Vice-Presidente deste Conselho, reunido aqui hoje com esse pleno e já cumprir a vacância, já que a SESAB já havia sido eleita, porém, se o Secretário demonstrar o desejo de ser o Vice-Presidente do Conselho Estadual de Saúde do Estado da Bahia. Faria aqui, se todos os Conselheiros concordarem, um processo de aclamação, já que houve em uma reunião do CES, do segmento, a condição de que a SESAB poderia estar ocupando essa vaga." O Senhor Presidente enfatizou que, regimentalmente teria, que chamar o segmento para que fizesse a convocação de eleição. "Iremos fazer a convocação do segmento. No entanto, como foi feito o questionamento aqui para o Secretário, este está me pedindo para depois da apresentação do Relatório de Gestão 2014, se colocar com referência à questão da Vice-Presidência da Mesa. O Conselheiro Marcos Antônio Almeida Sampaio, destacou que se o Secretário demonstrasse interesse e o segmento que estivesse ali presente não demonstrasse algo contrário, naquele dia ainda poderia se resolver aquela vacância, pois já havia mais de três meses que faltava um membro da mesa no Conselho. O Senhor Presidente colocou, que no ano de 2014 houve no CES, eleição de alguns segmentos, o que acabou sendo oficializado pelo Ministério Público a responder sobre as eleições do CES. "Você consulta o Regimento e depois tentamos esclarecer." A Conselheira Isadora Oliveira Maia salientou, que precisava haver um processo eleitoral para esse fim. Déborah Dourado Lopes mencionou, que entendia a preocupação, porque se tratava de um segmento estratégico, era o segmento de gestão, representado na Secretaria. Nos primeiros momentos havia uma expectativa de que fosse o Sr. Secretário a assumir, obviamente que ele delegou a uma pessoa de confiança, no caso, o Dr. Luiz Eugênio que assumia uma Coordenação fundamental. O segmento de gestão havia se reunido, Dr. Luiz Eugênio foi eleito, mas não havia tomado posse. Portanto, achava prudente esperar para ver se haveria posse ou não. Caso não houvesse posse, no próximo pleno se abriria a necessidade de um novo processo eleitoral, porque o Secretário não poderia se manifestar, uma vez, que já havia tido a eleição teria que se esperar. "Tem que ter a efetividade, ele vai assumir ou não, ele não assumindo abrimos a discussão." O Senhor Presidente registrou a presença do Promotor Público, Dr. Rogério Queiroz e do ex-Secretário de Saúde do Estado da Bahia, Dr. Washinton Couto, atualmente Secretário Municipal de Saúde de Camaçari. Convidou a Sra. Elisabete Lima de Morais, para que fizesse as comunicações da SESAB. Ela informou, que não havia recebido nenhuma comunicação de convênio, e só repassaria as Resoluções da Comissão Intergestores Bipartite da Bahia - CIB, que apresentava as seguintes resoluções aprovadas no seu âmbito para conhecimento deste Conselho Estadual de Saúde - CES. AS RESOLUÇÕES FORAM ENVIADAS NA ÍNTEGRA PARA O E-MAIL DOS (AS) SENHORES (AS) CONSELHEIROS (AS). 1. RESOLUÇÃO CIB Nº 030/2015 - Aprova a continuidade do Plano de Expansão dos Laboratórios Regionais de Próteses Dentárias na Bahia e inclui novos Municípios na relação de Municípios beneficiários, em parceria com o Conselho Estadual dos Secretários Municipais de Saúde da Bahia - COSEMS/BA e o Ministério da Saúde. 2. RESOLUÇÃO CIB Nº 031/2015 - Aprova o repasse financeiro do Fundo Nacional de Saúde (FNS) para o Fundo Municipal de Saúde (FMS) dos recursos anuais a serem incorporados ao Teto Financeiro Anual de Média e Alta Complexidade (MAC) dos Municípios, para confecção de próteses dentárias nos Laboratórios Regionais de Prótese Dentária (LRPD), passando a receber de acordo com a faixa de produção. O Senhor Presidente registrou, que era a segunda vez consecutiva, que o Conselho Estadual de Saúde não recebia convênios, que eram prorrogados e pactuados entre a Secretaria, Ministério da Saúde e Municípios. Esses convênios não estavam sendo encaminhados ao CES, para dar ciência aos conselheiros. Passou a palavra para o Sr. Secretário Fábio Vilas-Boas, para que fizesse a apresentação do Relatório de Gestão da SESAB, exercício 2014, que informou que para ele, o lógico seria que o referido relatório fosse apresentado pelo Dr. Washington Luís da Silva Couto. Disse que a legislação não obrigava o Secretário a pessoalmente fazer a apresentação. "Estou aqui presente, acompanharei, e gostaria, que esse Conselho recebesse o Secretário Washington Couto" (Falha na gravação, comprometendo assim a fala). O Sr. Washington Luís da Silva Couto agradeceu ao Secretário Fabio Vilas-Boas, ao Presidente Ricardo Mendonça, à Mesa Diretora e a todos, que estavam presentes no pleno. Saudou a gestão atual da SESAB, os antigos colegas de gestão ali presentes, como o Sr. Raimundo Mota e Washington Abreu. O Conselheiro José Silvino Gonçalves dos Santos declarou que estava com dificuldades em compreender (Falha na gravação, comprometendo assim a fala). Solicitou esclarecimentos referentes ao Regimento ou qualquer lei que fosse possível a ação do Secretário, até mesmo para que não viesse mais tarde repetir aquela mesma apresentação ali. A Conselheira Isadora Oliveira Maia (Falha na gravação, comprometendo assim a fala). O conselheiro Fábio Vilas-Boas Pinto informou, que a lei dizia que o Gestor deveria apresentar a prestação de contas, mas não dizia que o Gestor deveria, pessoalmente fazer a apresentação. Quando a lei não dizia alguma coisa (Falha na

121

122

123

124

125 126

127

128

129

130

131

132

133

134

135

136

137

138

139

140

141

142

143

144

145

146

147

148

149

150

151

152

153

154

155

156

157

158

159

160

161

162

163

164

165

166

167

168

169

170

171

172

173

174

175

176

177

178

179

gravação, comprometendo assim a fala). O Senhor Presidente questionou ao pleno, se havia algum impedimento do ex-Secretário de Saúde, Washington Couto fazer a apresentação do Relatório de Gestão 2014. A Conselheira Déborah Dourado Lopes comentou, que do ponto de vista do prejuízo que o CES já tinha acumulado ao longo do tempo, era favorável, até porque, o Secretário Washington havia sido um Conselheiro presente. "Penso que o companheiro Silvino, não sei a opinião dele, vai se sensibilizar para não termos prejuízos maiores, pois o que for apresentado ainda terá que passar por uma avaliação, voltar para cá uma comissão para ser aprovado ou não e se encaminhar. Lembrando, que o relatório agora é alimentado no Sistema SARGSUS." Solicitou dos Conselheiros a sensibilidade, todos conheciam Washington (Falha na gravação, comprometendo assim a fala). O Conselheiro Francisco José Sousa e Silva comentou que a Conselheira Déborah havia sido muito feliz em sua colocação, porém, seria preciso ficar claro, que o Conselho estava abrindo uma exceção, porque o Dr. Washington não mais fazia parte da Equipe da SESAB, e a Gestão do Estado é a SESAB. "Quem deveria, senão o Secretário, algum dirigente da SESAB, nomeado pelo Governador, que pudesse hoje representando a SESAB, fazer essa apresentação. Seria o correto. Se há a possibilidade e foi dada essa condição, que se coloque também, que está se fazendo uma exceção aqui, e o Conselho, na sua maioria tem a sua condição de opinar e penso, que deve opinar sim, mas que fique claro, que não estamos discutindo legislação e esta é clara. A responsabilidade é sim da Gestão, e se o Gestor não apresenta, que nomeie alguém da equipe para poder apresentar." O Conselheiro Marcos Antônio Almeida Sampaio declarou concordar com o Conselheiro Francisco, quando o mesmo havia colocado, que se tratava de uma exceção, teria que se ter o cuidado para não virar regras, portanto, seria preciso uma melhor explicação pelo entendimento. "O Washington está vindo dar um apoio na apresentação do Secretário, pois este achou interessante chamar o Ex-Gestor para apoiar na apresentação, inclusive tirar dúvidas ou é uma demonstração de que se trata de outra gestão, não é comigo. Quem assume o bônus também assume o ônus, e não pode ser aqui um momento de demonstração de que como não foi comigo, não tenho nenhuma obrigação de prestar contas. É isso que não pode ficar nítido." Salientou, que a lei não precisava dizer, que fosse o Secretário pessoalmente. A lei dizia: "o Gestor do SUS". Portanto, quando o Governador defendia, que era o Secretário, já dizia, que era o Gestor do SUS. Em outros artigos dizia: "o Gestor do Fundo". Porém, seria preciso um cuidado, pois por não estar escrito pessoalmente, achar que não se tinha obrigação de fazer. O Conselheiro José Silvino Gonçalves dos Santos colocou, que se os Conselheiros fossem impossibilitados de opinar naquele espaço, teriam que usar outras vias. "Não sei se há essa possibilidade de cercear o Conselheiro, mas, se tiver no Regimento busque, por favor, mas não gostaria que fosse aqui." Disse que compreendia a dúvida do Secretário, e que o mesmo havia recorrido aos juristas. Certamente os juristas não haviam deixado ele satisfeito, porque ali não fazia uma defesa, conforme o jurista havia apresentado para ele. Não tinha dúvidas quanto à capacidade do Secretário Washington, mas seria bom consultar o pleno para que fizesse essa exceção, conforme o Conselheiro Francisco havia colocado. O Senhor Presidente colocou em votação as propostas da apresentação do Relatório de Gestão, onde a primeira proposta, a exposição seria feita pelo Secretário Fábio Vilas-Boas, e na segunda proposta, o expositor do referido relatório seria o Ex-Secretário Washington Luís Silva Couto. O pleno votou pela primeira proposta. O Sr. Washington Luís da Silva Couto fez a apresentação do Relatório de Gestão da SESAB, exercício 2014, que foi enviado por email para todos os Conselheiros. O Conselheiro José Silvino Gonçalves dos Santos perguntou sobre a inauguração do HGE II e como será a administração, pois os Conselheiros deveriam saber como seria essa administração. "Percebi Dr. Washington, que o senhor falou sobre o atendimento e a prestação de serviço. Sabemos, que no Brasil a população idosa tem aumentado e não vemos a evolução dos serviços para essa população que tanto necessita. O senhor apresentou, que existem 30 equipes para atendimento à população encarcerada, porque para termos uma cobertura de 100% necessitaríamos de 30 equipes de saúde para atender essa população. Não consegui visualizar dentro do relatório essas 30 equipes; na apresentação aparecem 100% de cobertura, essas equipes de fato existem?" Informou, que no dia 31 de março houve uma Nota Pública na Câmara dos Deputados que tratava da Assistência à População vivendo com Vulnerabilidade. Perguntou para o Dr. Badaró qual seria o plano de ação para essa população e ele lhe disse, que não tinha conhecimento desse plano. Ficou muito preocupado pelo fato dele ser gestor, então pediu que ele respondesse como gestor. "Gostaríamos, que o senhor nos ajudasse a entender essa forma; gostaria de saber sobre o Grupo Condutor, porque o Estado da Bahia pactuou com o Ministério da Saúde e o Ministério da Justiça um Grupo Condutor, onde fui eleito aqui nesse pleno para fazer parte desse grupo, mas nesse ano de 2015 não tivemos nenhuma reunião desse Grupo Condutor, portanto, precisamos retomar essas reuniões." Colocou para o Dr. Washington, que sua mãe estava acamada e só ficava na cama. O trabalho da Internação Domiciliar era fantástico, e sonhava que sua mãe pudesse alcançar antes dela partir, mas pelas vias legais. A Conselheira Lílian Fátima Barbosa Marinho colocou, que um relatório daquela importância não poderia ser enviado para os Conselheiros às vésperas da reunião. "Dormi quase uma hora da manhã para tentar ler as minhas anotações, o que reflete a confusão, que é para ler um relatório desses. Algumas coisas me chamam a atenção, por exemplo, a redução dos

181

182

183

184

185

186

187

188

189

190

191

192

193

194

195

196

197

198

199

200

201

202

203

204

205

206

207

208

209

210

211

212

213

214

215

216

217

218

219

220

221

222

223

224

225

226

227

228

229

230

231

232

233

234

235

236

237

238

239

leitos hospitalares da Rede Própria. Em 2013 eram seis mil cento e sessenta e três leitos; em 2014 eram cinco mil oitocentos e sessenta e dois leitos. Algumas coisas me chamaram a atenção e consegui captar, mas tem várias coisas. Essa redução do número de leitos da Rede Própria em Salvador, por exemplo, que foi em 2013 eram três mil e oitenta e um e passou para 2014; a Maternidade Albert Sabin de noventa e dois leitos passou para setenta e oito; a Maternidade José Maria de Magalhães Neto, de trezentos e quarenta e um passou para trezentos e vinte e sete. Porque faço esse destaque? Por que represento o Movimento das Mulheres e sabemos da peregrinação, apesar dos esforços, apesar de sabermos, que a Regulação trabalha com a questão do parto, trabalha com a vaga zero, sem dúvidas nenhuma. Por exemplo: as mulheres em situação de abortamento e em Salvador tem uma situação bastante peculiar, onde nos mostra, que isso é um problema nosso. Se falarmos das questões ginecológicas, por exemplo, será um drama aqui. Washington, fico tão animada quando você fala, apesar dos números revelarem aí as Parcerias Público Privadas, a PPP de Imagem do Hospital do Subúrbio, do Couto Maia, dos prêmios recebidos. Na verdade, para mim como Conselheira e militante da Reforma Sanitária, indica o que nacionalmente está condenando a terceirização ainda que a PPP esteja colocada dessa forma, gostaria de ressaltar isso. Quando fala do Programa Estadual de Rastreamento do Câncer de Mama, o rastreio foi feito em mulheres de (Falha na gravação, comprometendo assim a fala) porque tem malefícios, os beneficios são a partir de cinquenta anos." O Conselheiro Cícero Figueiredo Ribeiro enfatizou, que em relação à medicação e as ações judiciais que seguidamente vinha ocorrendo em face ao ente público para custear medicações, o que existia na verdade, e havia conversado com um juiz sobre esse aspecto, e o que era dito na Constituição era bem claro: "a saúde é um direto de todos e um dever do Estado". Os Gestores de fato conversassem com os legisladores para se alterar isso ou então essas ações iriam ocorrer, e de fato os Juízes eram obrigados a dar ganho de causa. Outro ponto que o preocupava muito, e estava falando ali de uma região, não conhecia todas as regiões da Bahia, mas uma região bem específica como Juazeiro, era a questão da Regulação. A implantação do Hospital Regional de Juazeiro havia melhorado muito a qualidade do Sistema naquela região, mas o Hospital Regional de Juazeiro vinha se deteriorando e algumas vezes suspendendo o atendimento. Essa população ficava sem ter acesso ao serviço e muitas vezes ficavam em Hospitais sem a menor infraestrutura em algumas especialidades, a exemplo da ortopedia, onde viu um caso de um paciente ficar quarenta e cinco dias esperando uma cirurgia de fêmur, internado no Hospital por não ter vaga. Então, esse aspecto realmente o Governo tinha que olhar com muita seriedade. Outro aspecto de grande importância, principalmente que era em função de se falar da questão da expansão do atendimento do SAMU, muito bom o serviço, mas tinha que corrigir algumas falhas. Na reunião anterior do CES havia alertado o problema que estava acontecendo também na Regional Juazeiro, que existia a ambulância do SAMU e faltavam Médicos. "Não adianta, e o pior é que nos deixa pasmos o seguinte: o regulador do SAMU quer que o plantonista do Hospital abandone o plantão em Hospitais que só tem um plantonista, como por exemplo, o Hospital de Sento Sé, de Pilão Arcado, e acompanhe esse paciente. Muitas vezes ele tem pacientes aguardando a evolução do parto e é obrigado, inclusive ameaçado de ser processado junto ao Conselho Regional de Medicina em função disso. Quando a família liga para o SAMU, é informada que o familiar ainda não foi transferido porque o Médico se nega a acompanhar, trazendo assim risco à integridade física do profissional. Então, não adianta expandirmos o serviço se não temos condição de qualificá-lo e manter funcionando de forma adequada, isso é importante ser feito." O Conselheiro Marcos Antônio Almeida Sampaio parabenizou o Dr. Washington Couto, pelo compromisso de atender a solicitação, mesmo não tendo a obrigação de fazer. "Tem algo, que acho, que é um pouco dificil: primeiro, ser feita uma leitura do ano de 2015 (Falha na gravação, comprometendo assim a fala). Disse, que o Secretário havia sido chamado ali para saber quais seriam as ações prioritárias da Gestão, para o ano de 2015, e o cenário que foi desenhado e falado era, que havia algumas heranças não tão bem ditas colocada naquela reunião, que se recordava muito bem, onde dava uma ideia de que não era um Governo de continuidade. "Parecia que era um Governo contrário, que tinha saído e acabado com o patrimônio Estadual e outro partido iria salvar, e outro Secretário iria salvar, onde ficamos preocupados com a situação e hoje os números demonstram outra realidade. Precisamos aprofundar mais, inclusive essa preocupação." Disse ainda, que seria preciso ficar atentos no que estava sendo posto nas discussões, pois ali estavam as políticas, que pelos números comprovavam ou iriam comprovar a partir do parecer, que havia dado certo o Medicamento em Casa. A preocupação era a sua garantia e se iria continuar. "O Saúde em Movimento está garantido? Vai continuar? São essas questões. A questão do chikungunya, onde tenho uma preocupação, que é sobre a BAHIAFARMA, que muitas vezes são relatados atrasos de pagamentos, farmácia com pouca capacidade de venda de medicamentos, a BAHIAFARMA em uma crise tremenda. Daí pergunto: vai continuar? Soube, que o novo Gestor da BAHIAFARMA, foi quem vendeu os testes rápidos para o chikungunya. No meu entender é alguém, que tem o interesse direto, se for verdade é um conflito de interesses, Secretário. Precisamos nos preocupar com isso e o que vai continuar dentro dessa avaliação positiva, que Washington hoje, convidado pelo senhor trouxe e fez a avaliação." A Conselheira Déborah Dourado Lopes, declarou que era muito difícil

241

242

243

244

245

246

247

248

249

250

251

252

253

254

255

256

257

258

259

260

261

262

263

264

265

266

267

268

269

270

271

272

273

274

275

276

277

278

279

280

281

282

283

284

285

286

287

288

289

290

291

292

293

294

295

296

297

298

299

pegar um ano de gestão e consolidar em slides no tempo que foi dado. "Lembrando um pouco da atribuição do CES, hoje está sendo apresentado Lílian, a Gestão do relatório. Esse relatório será indicado um parecerista, hoje é a apresentação, obviamente concordo com muita coisa, que você falou. Foi em cima da hora, uma leitura prévia é fundamental, mas o que vai ser colocado para deliberação desse pleno é o parecer. Então, quando o parecerista retornar e fizer a leitura do parecer, é que a partir daí faremos uma série de indagações em relação a tudo que lemos e se concordamos ou não. Claro, que na apresentação é feita uma abertura para colocarmos os pontos, que você foi extremamente sensível e relevante." Destacou, que estava sendo colocado em discussão o relatório porque o parecer ainda não havia sido apresentado, e em cima do parecer gostaria de chamar a atenção para alguns elementos essenciais: quando o Dr. Washington falava, que a Bahia e o Brasil estavam comemorando, que havia diminuído a mortalidade infantil, havia pactuado o objetivo do milênio em relação à redução da mortalidade infantil e materna. Haveria uma assembleia em breve para convocar os países, que participavam para definir as novas metas para o milênio e os próximos períodos. Reduziu a mortalidade infantil sim, mas havia ainda um grande desafio, e aí casava com tudo o que Lílian havia falado, que era a dificuldade de reduzir a mortalidade infantil neonatal precoce. Isso teria, que aparecer naqueles dados, e outra grande dificuldade, que o Brasil não havia cumprido foi a redução da mortalidade materna. Havia esse enorme desafio pela frente, haveria uma organização nas Unidades de Saúde para melhorar a assistência perinatal, lembrando, que a Rede Cegonha era um Programa de Governo, mas que não se conseguia cumprir a redução da mortalidade materna e infantil neonatal. Ressaltou a Política de Alimentação e Nutrição. "Se falamos, que a Atenção Básica tem indicadores estratégicos fundamentais como a cobertura da Saúde da Família, as ações dos Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF) e as ações de promoção e prevenção, é fundamental, não há como dissociar a Política de Alimentação e Nutrição." O Conselheiro Walney Magno de Souza, colocou a necessidade de ser enviada a apresentação com certa antecedência para que, os Conselheiros não fossem pegos de surpresa e até para poder colaborar, inclusive nesse novo processo. Em relação às UPAs, disse que havia achado interessante, mas não acontecia da forma que foi apresentada. "Temos como exemplo, o Município de Ilhéus. "Quero dizer, a Bahia toda, mas Ilhéus já não se fala mais nos gráficos, ali já não fala mais de Ilhéus, e temos essa preocupação, porque o Município já fala inclusive, que comprou o terreno e não sabemos o que fizemos com os recursos investidos. Na última Gestão, ouvi muito o último Gestor falar sobre a construção do grande Hospital de Ilhéus. Ele não só atende Ilhéus e Itabuna, ele atende Canavieiras, Una, Santa Luzia e a população, que mora do outro lado de Ilhéus, por exemplo. O Hospital vai distanciar, vai ficar próximo a Itabuna e não sabemos de que forma vai funcionar aquilo lá. Gostaria de saber se o Dr. Fabio já tomou pé da situação do Hospital de Ilhéus." O Conselheiro Francisco José Sousa e Silva colocou, que ali havia sido apresentado o Relatório de Gestão, que seria escolhido um parecerista, e não observaria a prestação de contas para fazer o parecer? "Realmente, sincera e honestamente, quero compreender a lógica do trabalho do CES agora, porque isso aqui é um Relatório de Gestão do ano de 2014, que foi apresentado o compromisso, foi apresentado o indicador, número, e o dinheiro foi para onde? Foi feito o quê com o dinheiro? Cadê a prestação de contas para podermos a partir daí analisar o relatório e verificar, o que foi eficiente e o que não foi eficiente? É complicado, infelizmente não estamos vivendo uma situação boa no país, estamos vivendo uma instabilidade muito grande no país e é preciso tomar cuidado com o que está se fazendo nesse CES." Salientou, que a mídia estava batendo forte na institucionalidade do Brasil e não poderia abrir mão do que era constitucional, do que era de direito do cidadão e da cidadã. Não se poderia fazer uma apresentação de um Relatório de Gestão sem fazer a prestação de contas, isso era grave, porque já havia sido feita a apresentação, seria escolhido um Conselheiro ali para poder fazer um parecer daquele relatório e se faria o que? A questão dos 13 compromissos: era difícil avaliar compromisso e olhar indicador sem entender o que significava cada indicador em cada compromisso, a questão que achava grave. O relatório era de 2014, mas o plano só se encerrava em 2015 e tinha um ano para que essa Gestão de fato apresentasse o resultado do que pelo menos a outra gestão havia conseguido alcançar. "Sincera e honestamente, por mais esforço que o Ex-Secretário fez não consegui ver horizontes a partir do plano ou da idéia, que foi apresentada por essa nova Gestão em relação ao que foi colocado aqui, enquanto pelo menos os dez compromissos que diz respeito mais a questão prática da nossa discussão da saúde no Estado. Os compromissos 12 e 13 são mais pela própria Gestão de Recursos Humanos, de Educação em Saúde e Controle Social. Não era culpa, porque já foi apresentada a nova equipe, o Secretário inclusive já participou da primeira reunião do CES e já deu a voz em relação a qual é a linha de trabalho da SESAB, e honestamente, precisamos ter a ideia do que vai ser cumprido ao final desse ano de 2015." A conselheira Eliane Araújo Simões, perguntou até quando os Conselheiros iriam peregrinar de espaço em espaço. Esperava conseguir parar em um espaço único. "Vejam quantas pessoas em pé, esse espaço é um espaço de escuta e reflexão, entra um, entra outro, sai um, sai outro (Falha na gravação, comprometendo assim a fala). Caro Secretário, o senhor não faça seu dedinho para lá não, o dedinho vem lá e vem cá, é preciso ter responsabilidade, não vamos jogar a responsabilidade com o dedinho para o outro. Não sei se o que vou

301

302

303

304

305

306

307

308

309

310

311

312

313

314

315

316

317

318

319

320

321

322

323

324

325

326

327

328

329

330

331

332

333

334

335

336

337

338

339

340

341

342

343

344

345

346

347

348

349

350

351

352

353

354

355

356

357

358

359

falar vai agradar, mas chorar pelo leite derramado perguntar ao Secretário que assume essa gestão, como perguntaram, vai continuar? Não perguntarei se vai continuar, vou perguntar se vai melhorar. É isso que queremos: Políticas de Saúde para o Estado da Bahia, que essa Gestão quer trazer e que os Conselheiros estão aqui para ouvir. Está na hora de mostrar a cara e dizer que (Falha na gravação, comprometendo assim a fala). A Conselheira Liliane Elze Falcão Lins Kusterer saudou a todos salientando que chamava a atenção do CES para o seguinte questionamento: quando a Política Nacional de Saúde Bucal seria priorizada nesse governo? Isso porque a Política Nacional de Saúde Bucal estava atrelada a todas as Políticas do Ministério da Saúde, a exemplo da Saúde do Idoso, da Política para pacientes com Anemia Falciforme que necessitavam de prevenção de infecções bucais, das Políticas de transplantes de órgãos às da saúde da Mulher. Então, seria preciso fazer essa Política acontecer. Relatou que naquela semana havia atendido dois pacientes que haviam feito transplante hepático e que haviam complicado em seu estado geral por conta de infecção bucal "gostaria de dizer aqui queridos colegas, que abscesso não se trata com antibióticos, sendo necessário remover a infecção. A depender do quadro do paciente, só internando. Imaginem o prejuízo para nosso sistema público em internar um paciente por causa de um abscesso bucal? Se ele for um hepatopata, por exemplo, está com plaquetopenia, está com deficiência de fator de coagulação, o que é que vou fazer? Vou fazer uma cirurgia de risco, mas tenho que interná-lo, tenho que fazer hemoderivados, darei alto custo porque a minha atenção na ponta falhou. Então, queria uma Política Nacional de Saúde Bucal para a Atenção Básica, para a Média Complexidade, para a Alta Complexidade, estou aqui para defender essa bandeira, para poder contribuir e ajudar." O Conselheiro Sílvio Roberto dos Anjos e Silva informou ter sido parecerista e apresentar Relatório de Gestão era uma dificuldade por conta de ter um ano para tentar apresentar em sessenta minutos. "Fica muito difícil por conta do tempo e da especificidade, do que na verdade esse Relatório reflete, trazer aqui, já é uma preocupação futura com relação ao fortalecimento do Controle Social. Se dará pelo Controle Social, os Conselheiros que fortaleceram o Controle Social, exigir desse Controle Social e exigir da Gestão, que as questões de âmbito do Estado devam ser apresentadas a este fórum de deliberação, para não acontecer determinadas questões, que ainda fica no conflito passado que é trazer aqui posteriormente os contratos de PPP, de trazer como estamos agora discutindo um processo, que deveria ter sido feito antes, porque não respeitou o Controle Social como foi a questão através do projeto de lei, que extinguiu as DIRES. É esse Controle Social, que tem que exigir ser tratado com respeito. A preocupação futura, porque as pessoas pouco falam, as pessoas falam de índices e de uma série de coisas, mas estão esquecendo. Falei isso com Washington, deixei um pouco de falar das questões dos Laboratórios, porque deu avanço e espero que os Laboratórios para o controle da qualidade da água cheguem a todas as regiões do estado, mas tem outra questão que estão todos despreocupados (Falha na gravação, comprometendo assim a fala) por conta do que resta de chumbo em Boquira, porque as pessoas falam muito quando trata de chumbo em Santo Amaro da Purificação, mas me preocupa a situação de Boquira. É uma preocupação futura para que Boquira não se transforme em Santo Amaro, então, temos quer exigir. Concordo com você Eliane, temos que fazer com que esse CES se imponha, e quem vai fazer essa imposição são os Conselheiros." O Conselheiro Lázaro Figueiredo declarou que no momento em que o Secretário havia colocado que a capital estava internando menos e o interior estava internando mais, a sua preocupação era quando se falava que o interior estava internando mais. Via que estava em um âmbito de que a Atenção Básica não estava funcionando e que estava sobrecarregando os Hospitais Estaduais. "Por exemplo, Dias D'Ávila, onde estivemos há pouco e que tem um índice muito grande, que estamos tendo muita reclamação como os outros Municípios, e ver que a Atenção Básica é fundamental nos Municípios e precisamos estar cobrando isso dos Conselhos e dos Municípios, onde muitos não estão funcionando, estando à deriva, e precisamos fazer com que essa Atenção Básica funcione nos Municípios para não estar sobrecarregando os Hospitais. A companheira acabou de falar sobre a questão da parte odontológica e vemos que realmente a Atenção Bucal precisa ter uma atenção especial. Na Atenção Básica temos muitas reclamações dos Dentistas. A demanda é muito grande para aquilo que se oferece, é muito pouco. Se desdobram para tentar atingir além do que é dado, mas é muito pouco o que é feito pela questão odontológica. Na questão do objetivo da Atenção Básica dos Municípios, quando procuramos saber como está o Atendimento Básico, é porque o Agente Comunitário está na Base, está nos guetos, nos problemas, na ferida das comunidades e estamos vendo que não está funcionando bem, porque vemos que toda e qualquer demanda, a reclamação é onde está na saúde. E vendo o que o ex- Secretário apresentou da melhoria, e como Déborah falou, precisamos melhorar. Quem está, qual é a programação de melhorias que está para esse Estado? Teremos o HGE 2, e o que é que se tem de melhorias para os outros Municípios? Estive em Pilão Arcado e vi a situação daquele Município. Realmente é difícil para quem está no interior, que precisa de um exame e não têm os equipamentos necessários. Precisa vir para a capital para fazer um exame simples, porque no interior não tem. Então fica aí a questão de ver se o Governo do Estado melhora a questão dos equipamentos." A Conselheira Mariana Cotrim colocou que a conclusão do Hospital Instituto Couto Maia estava prevista para o mês de setembro de 2014 e até aquele momento só havia sido concluído 15%. Disse que o Hospital Instituto

361

362

363

364

365

366

367

368

369

370

371

372

373

374

375

376

377

378

379

380

381

382

383

384

385

386

387

388

389

390

391

392

393

394

395

396

397

398

399

400

401

402

403

404

405

406

407

408

409

410

411

412

413

414

415

416

417

418

419

Couto Maia era responsável pela internação de cerca de 80% dos pacientes com HIV/AIDS e a Farmácia tinha matriculado mais de mil duzentos e quarenta pacientes. O espaço de armazenamento da medicação não estava suportando, o Ambulatório não estava suportando, e o hospital em si não estava dando conta da demanda que estava recebendo. "Nós que trabalhamos com pacientes com HIV/AIDS estamos acompanhando essa dificuldade e tem crescido muito o número de óbitos de pacientes com HIV/AIDS, o que não deveria estar acontecendo mais hoje em dia, pelo contrário, com a ação preventiva da base conseguimos evitar esses óbitos. Na rede particular conversando com um dos Médicos, ele me passou o seguinte relato: no meu consultório particular só tive dois óbitos e foram de câncer. No hospital da Rede Pública estou tendo uma margem de óbitos crescentes nos últimos anos." Nesse sentido, ressaltou a urgência na inauguração do Hospital Couto Maia, aproveitando para perguntar ao Secretário da Saúde, qual a previsão para a inauguração do referido hospital. A Conselheira Maria do Carmo Brito de Morais colocou que durante todo o seu mandato no CES havia chamado a atenção sobre a questão da Atenção Básica, pois esta era o principal caminho, que se poderia trilhar para que outros problemas de saúde e o agravamento da saúde não ocorressem. O investimento na Atenção Básica tinha que ser de forma muito mais contundente do que se fazia. Se investia na ponta do adoecimento muito mais grave, que às vezes se perdiam muitas pessoas. O óbito no Estado da Bahia e nos Municípios era muito. A Atenção Básica que resumisse às vezes a um atendimento como se fosse um consultório, a Atenção Básica não era só isso, o investimento na Atenção Básica era que daria respostas a todas as queixas que se tinha, como a Saúde Bucal, a questão do Óbito Materno, a questão do pré-natal da Rede Cegonha, a educação com relação à questão da Dengue, com relação aos pacientes com Diabetes e Acidente Vascular Cerebral (AVC), e todas as coisas. Se a Atenção Básica não funcionava como deveria, não se teria dinheiro, não teria PPP ou coisa alguma que resolveria o problema. Ou a Atenção Básica assumiria de fato o papel que tem na saúde, na questão da prevenção e na promoção ou não se teria dinheiro para a demanda do judiciário na questão das farmácias e dos tratamentos. "Estamos vivendo um adoecimento imenso, e no interior muito mais, porque os internamentos no interior são muito freqüentes e também os óbitos. É importante, que se crie Hospitais, mas a Atenção Básica é fundamental, porque além do atendimento ela é educativa. Você educa, ensina, controla, ou você não chegará a lugar nenhum. É importante que a Atenção Básica funcione de fato e que o Controle Social não fique restrito somente aqui no CES aos Conselheiros. É preciso que a população tome conhecimento e que ajude no fortalecimento do Controle Social, porque o CES sozinho não dará conta de tanta coisa." O Senhor Presidente informou a todos os Conselheiros que já eram dezessete horas e dez minutos e três Conselheiros haviam pedido a reinscrição. "Se dermos a reinscrição acabaremos não ouvindo Washington e o Secretário Fábio. Ainda temos dois pontos de pauta e o nosso horário limite aqui é até às dezoito horas. Gostaria de fazer uma ponderação aos conselheiros para que retirem as suas reinscrições e de imediato passarmos para Washington e o Secretário Fábio Vilas Boas." Salientou, que gostaria de abrir para o pleno antes das reinscrições, que seria retirado da pauta se o pleno concordasse, os dois últimos pontos. A Conselheira Lílian Fátima Barbosa Marinho declarou ter dó do Conselheiro que fosse fazer o parecer, porque a diversidade dos seus olhares era o que possibilitaria uma riqueza maior de detalhes, mas também considerava que a prestação de contas era algo que ficava vazio para eles, no sentido de querer saber quanto foi gasto, quanto tinha para gastar, pois essas coisas eram importantes. Disse, que se ateria a um item relativo à mobilização e a participação social, que foi apresentado. "Por exemplo, estamos com dificuldades tremendas no CES em relação aos contatos com os Conselhos Municipais de Saúde e a uma série de questões. E como a gestão tratou isso, é claro que o CES também está implicado nisso, claro e óbvio, mas estamos em um ano de Conferência e que sem dúvida nenhuma sabermos o que foi feito e executado, e para o orçamento previsto para isso poderá nos dar uma grande chance, porque o que tenho ouvido é pouco para os 417 municípios, mas sem dúvida nenhuma me deixa muito assustada. Precisamos ter clareza Secretário, da política que será implementada. O que temos ouvido, e dissemos isso na primeira reunião que você teve no CES, que são coisas bastante desastrosas, do ponto de vista do que acreditamos em termos do público, que tem que avançar em direção a Atenção Básica e uma série de questões. Então, ouvir do Senhor Secretário, sem dúvida será o senhor cumprir o papel que está determinado na lei, prestar contas e dizer a esse CES qual é a sua política." O Conselheiro Marcos Antônio Almeida Sampaio, comentou que existiam algumas coisas que haviam ficado ali pontuadas, como o Mobiliza SUS, a articulação e a Educação Popular. A participação apontava ali o que foi algo positivo na Gestão em 2014, a preocupação era como estava o Mobiliza SUS e se nessa configuração ele deixava de existir. Outra questão era sobre a Saúde da População Negra, que precisaria ser dada uma ênfase ali. Como seria a Política de Saúde da População Negra, e não era somente os negros com Anemia Falciforme, porque não era só negro que tinha Anemia Falciforme. "Estamos falando da saúde da população negra e o combate ao racismo institucional Secretário, e sem nenhuma crítica quero ver negros em cargo de poder na SESAB, ter o planejamento como uma forma do combate ao racismo institucional. Tem vários negros e negras competentes, que podem assumir cargos de direção dentro da SESAB e espero ver." Colocou sua preocupação quanto à dívida do Hospital da Criança, pois havia

421

422

423

424

425

426

427

428

429

430

431

432

433

434

435

436

437

438

439

440

441

442

443

444

445

446

447

448

449

450

451

452

453

454

455

456

457

458

459

460

461

462

463

464

465

466

467

468

469

470

471

472

473

474

475

476

477

478

479

ouvido Mário Kertész batendo de novo nisso, dizendo que existia uma dívida do Hospital da Criança, uma crise, um dizendo que devia, o outro dizendo que havia repassado e parecia que iria fechar. Perguntou qual a verdade de fato, se devia ou não devia, qual o tipo de intervenção que poderia tomar. Outra situação que achava importante, era a questão do Hospital Espanhol, onde o Governador tinha desapropriado o terreno do Espanhol. Pediria perdão pela ignorância, mas pensava, que não poderia ser vendido o que foi desapropriado, e havia uma discussão, se iria vender, se não iria vender. Perguntou ao Secretário se havia a possibilidade de estadualizar todos aqueles leitos que estavam lá, trazer para o SUS. "Eles quebraram porque viviam com os recursos do SUS; descobriram, que era o SUS que matinha aquilo ali, então, como é que vamos trazer isso?" Declarou sua preocupação com relação à Regulação, onde infelizmente pessoas estavam morrendo, no sonho de encontrar um leito, fazer um exame, e seria preciso fazer a leitura dos dados, não dos dados frios colocando que é mil, mas ali entre as mil, duas mil, um, dois eram pessoas que haviam morrido ou deixado de ter o acesso ao serviço. A Conselheira Déborah Dourado destacou, que as prestações tinham que ser consolidadas, como dizia a Lei 141. "O que estamos auditando agora são Relatórios de Gestão (Falha na gravação), porém, tem uma determinação do Tribunal de Contas do Ministério Público, que os relatórios que não foram aprovados (Falha na gravação, comprometendo assim a fala), e ver se o consolidado da prestação de contas é compatível com as ações prioritárias colocadas no Relatório Anual de Gestão, só isso." O Senhor Washington Luis da Silva Couto destacou que não havia privatização na saúde, o equipamento era do Estado e não venderam a ninguém. Caso quisessem levar aquele debate para a Conferência, levassem solução para o limite de responsabilidade social, senão não haveria pessoas dentro da saúde. Vários Secretários Estaduais e Municipais de braços cruzados fazerem concurso público só para a terceirização, só com a privatização, mas pelo modelo de gestão que permita ao SUS saídas para que pudessem ampliar o acesso e por isso era favorável e não era vergonha de levantar aquela bandeira e de fazer a defesa com argumento. Não lhe cabia a carapuça e nem ao Governador Jacques Wagner, tinha certeza que não cabia ao Secretário Fábio Vilas Boas e nem ao Governador Rui Costa, de que se privatizasse, porque não existia, e que levassem ali alguma unidade que tivessem vendido ao setor privado, porque se tivesse, o que não existia, e sim apenas Parceria Público Privado - PPP. O conselheiro Fábio Vilas-Boas Pinto informou que nos últimos quarenta anos o Hospital Roberto Santos vinha passando por um processo de deterioração, como a perda do seu terreno para a comunidade que o cercava, queda do muro, questões de segurança, uma série de problemas de ordem pessoal, financiamento, e por isso havia decidido encarar aquele problema. Se voltassem vários recursos do Estado para fazer o Hospital Roberto Santos voltar a funcionar como deveria sempre ter funcionado, tanto que para isso havia sido constituída uma força tarefa do Governo do Estado com a participação de seis secretarias, incluindo a Secretaria de Segurança Pública, Secretaria de Administração, Secretaria da Fazenda, Secretaria da Justiça e Direitos Humanos, CONDER, Secretaria de Desenvolvimento Urbano. Informou que reuniões quinzenais eram realizadas no seu gabinete, e inclusive já tinha ocorrido quatro reuniões com o Governador para tratar sobre o Hospital Roberto Santos, o que resultou em um projeto que entraria no investimento de trinta milhões de reais para requalificá-lo, incluindo uma intervenção urbana no seu cerco, com a construção de uma avenida, onde o ônibus circularia por fora com uma Estação de Transbordo; implantação de uma Base de Polícia Comunitária em um terreno de 4.000 m², onde atualmente funcionava a estação de esgoto do hospital, que seria desativada; construção de uma creche e a construção de uma praça com "Academia da Saúde"; reordenar todo o comércio ambulante que se realizava dentro do terreno do hospital com a construção de uma praça de alimentação, com capacitação dos ambulantes pelo SEBRAE, para que se tornassem micro empresários; segurança interna com fechamento de todas as portas, porque atualmente só tinha quatro portas; todo o financiamento e a construção de uma cozinha. Destacou, que uma série de intervenções seria feita no Hospital Roberto Santos e ele jamais iria permitir que o hospital tivesse redução de leitos. Na verdade, quando havia assumido com a primeira missão de reduzir a ociosidade que existia na rede, tentando identificar as razões pelas quais alguns leitos estavam fechados, alguns por falta de complementação de obras e outros por falta de recursos humanos, conforme um arrocho financeiro na SESAB, que permitiu que se sobrasse recurso do esteio, e através daquela folga determinaram a contratação de mais de trezentos Médicos, Enfermeiros, outros profissionais, e a relocação de funcionários de outras áreas, para que se abrissem leitos em vários hospitais. Inclusive o Hospital Roberto Santos havia ganhado setenta novos leitos, dos quais quinze leitos de UTI Neonatal, adulto que tinha dezoito leitos haviam sido ampliados para vinte, e cirúrgico, que operava com oito leitos passou a dez leitos naquele momento inicial no Hospital Roberto Santos. Comunicou sobre a existência de uma RDC da Agência Nacional de Vigilância Sanitária -ANVISA, que informava que um Médico poderia cuidar de até dez leitos de terapia intensiva, e se colocasse um médico para cuidar de seis leitos estaria pagando um custo a mais e nenhuma UTI privada em lugar nenhum do Brasil trabalhava com menos de um leito, exceto o do Hospital Aliança, que tinha um para seis, e o dono dizia que queria pagar aquele custo, mas normalmente, qualquer UTI que vissem trabalhava com um para dez, e as UTI's privadas que trabalhavam até uma para doze usando o artifício,

481

482

483

484

485

486

487

488

489

490

491

492

493

494

495

496

497

498

499

500

501

502

503

504

505

506

507

508

509

510

511

512

513

514

515

516

517

518

519

520

521

522

523

524

525

526

527

528

529

530

531

532

533

534

535

536

537

538

539

que aqueles dois leitos eram leitos de sêmen, mas o regular era de um para dez e o compromisso era zelar rigorosa com o dinheiro público. Não podia permitir, que uma UTI trabalhasse com dezoito leitos e três plantonistas; não seria permitido, que tivessem três diaristas e um coordenador. "Um coordenador ganha R\$ 11.000,00 (onze mil reais), um diarista R\$ 10.000,00 (dez mil reais)" Residente para ajudar a entocar os pacientes, e o que estavam fazendo era relocarem recursos humanos e recursos contra interesses de grupos. Iria contra interesses de empresas, porém, iriam ao encontro da defesa do interesse da população, que elegeu o Governador Rui Costa que o convocou para que fizesse uma Gestão da Saúde otimizando os Recursos Humanos e Financeiros. Todos veriam se repetir, não só no Hospital Roberto Santos, não só na UTI, mas em diversos locais em que iriam atuar e iriam para o embate com a defesa, não de grupos políticos e grupos empresariais, não de amigos e sim a vontade de defender os interesses da população. "E no dia em que vocês me acusarem, apontarem o dedo e dizer: você está fazendo isso para defender a, b ou c, entrego o meu cargo, porque não estou aqui para defender os interesses de ninguém, estou aqui para defender um interesse maior, da população do Estado da Bahia que elegeu esse Governo". Salientou que quando fecharam a UTI Neonatal de cinco leitos, juntaram e a transformaram em uma UTI de dez leitos, e pela mesma razão estava pagando a um Médico para cuidar de cinco em dois hospitais. Atualmente tinha um Médico para cuidar de dez leitos e tinha o recurso sobrando para poder reabrir a UTI de quinze leitos da neonatal que estava fechando. O Hospital Lopes Rodrigues estava sendo desativado de acordo com a Política de Atenção Psiquiátrica, de acordo com a nova política. No entanto, iria investigar as questões da qualidade da assistência que estavam sendo realizadas na unidade, para que fossem corrigidas. Com relação ao Hospital Geral do Estado - HGE II, estava pronta a parte física, estava faltando uma ligação na rede energética, que teria de ser feita em função do custo de cinco milhões, uma licitação pelo Estado que levaria mais três ou quatro meses. Com boa vontade fizeram um entendimento com a COELBA, que iria assumir a obra e depois iriam pagar pela construção de serviço. O hospital não seria terceirizado, já que o HGE tinha uma pessoa, que era o Senhor André Luciano, que continuava como diretor dos dois blocos. Iriam terceirizar a mão de obra, já que tinha realizado uma reunião com o Sindicato dos Médicos do Estado da Bahia - SINDMED-BA, Conselho Regional de Medicina do Estado da Bahia - CREMEB e Associação Brasileira de Medicina - ABM. Explicou que não tinham condições de fazer concurso público para o HGE, eles entenderam a situação e houve um consenso que iriam terceirizar a mão de obra. Estavam tentando ver se financeiramente seria possível realizarem a terceirização, com a garantia de que todos os profissionais seriam contratados via CLT. Com relação à mão de obra, custaria quatro milhões e meio por mês se fosse feito por CLT e um milhão e meio se fosse feito por Regime Especial de Direito Administrativo – REDA (Nesse momento, a fala ficou inaudível). Com relação à provocação do Conselheiro Marcos Antônio, em ter dito que no seu manifesto original parecia até que ele era da oposição, salientou que não fez nenhuma crítica ao Governo passado, o que fez ali foi apenas prestar contas ao CES da situação que tinha recebido à SESAB. "Não foi culpa do Senhor Washington Couto, não foi culpa do Senhor Jorge Solla, não existia culpa, o que houve foi uma expansão de assistência, como tinha sido bem mostrada pelo Senhor Washington Couto. Se gastou cinquenta e três milhões de reais para se construir o Hospital do Subúrbio e o mesmo custava quinze milhões de reais por mês. Aquilo não tinha sido acompanhado e o problema do subfinanciamento da saúde era do Brasil todo. Um hospital que se gastasse cem milhões para se construir, se gastava cem milhões para mantê-lo por ano e estava sendo vítimas da própria eficiência. "Pediram atenção, expandiram leitos hospitalares, aumentaram leitos de UTI e cadê o dinheiro para manter? Para se construir o HGE II seriam mais cem milhões por ano, a SESAB tinha atualmente no orçamento trinta milhões de déficit, e no momento tinha dez milhões de déficit, mas ainda assim tinha cento e vinte milhões faltando no ano e quando abrissem o HGE II seriam mais cem milhões, e de onde viria o dinheiro?" Se cortaria o que fosse possível na atividade meio e seus contratos estrangulariam os seus fornecedores, iria trazer de fora da Bahia com preços mais competitivos. Informou, que na semana anterior havia baixado uma portaria, que só se compraria na SESAB por registro de preço em todos os níveis: Superintendência, hospital, ninguém mais comprava de ninguém, somente no registro de preço e aquilo estimava que reduziria 20% do custo e só de medicamentos eram quinhentos milhões por ano; 20% de economia e eram cem milhões por ano, fora prótese, órtese e equipamentos, que só poderiam ser comprados dentro do registro de preço. Seria a melhor forma de fazer economia para que pudessem jogar em outras áreas no HGE II. Teriam uma empresa terceirizada e se desejava, que fossem todos contratados como CLT como era no Hospital do Subúrbio. Disse que se queixava pelo fato dos Médicos não serem CLT, somente os funcionários e todos os outros que eram, então a tentativa seria que fossem todos CLT, inclusive os Médicos. Em relação à Saúde em Movimento não tinham começado no primeiro semestre, porque estavam tentando ver como ficariam as contas. Iria reativar o Saúde em Movimento, o Doutor Eládio Moraes Filho retornou da África depois de dez anos reestruturando a Saúde de Angola, onde era o responsável técnico por estruturar a saúde do país inteiro. Havia entrado na Equipe da SESAB e a sua primeira missão seria começar com o Saúde em Movimento e inserir-se no SUS da Bahia; começar a conhecer o Sistema e depois trazer as

541

542

543

544

545

546

547

548

549

550

551

552

553

554

555

556

557

558

559

560

561

562

563

564

565

566

567

568

569

570

571 572

573

574

575

576

577

578

579

580

581

582

583

584

585

586

587

588

589

590

591

592

593

594

595

596

597

598

599

experiências positivas que desenvolveu na África. Quanto às mulheres, esteve junto com o Governador no Hospital João Batista Caribé e decidiram investir em torno de vinte milhões de reais para poder transformá-lo no Hospital da Mulher da Bahia, com cirurgias ginecológicas e cirurgias de mama. iriam construir uma UTI Neonatal, um prédio pequeno nos fundos e iriam desativar a estação de esgoto, ficaria bem bacana e deveria estar sendo concluído este ano ainda. Tinham um trabalho todo, que estava sendo feito, o seu Chefe de Gabinete era um professor de Direito, tiveram reunião com a Auditoria, Tribunal de Justiça, Procurador, e estava traçando um projeto para combater o processo de judicialização, que dizia que deveriam criar Varas de Saúde da mesma forma que existiam Varas Especializadas em Menores e Mulheres em Juizados de Pequenas Causas. Iriam criar uma Vara em que o Juiz fosse especializado em Saúde, e Núcleos de Apoio Técnicos, que havia combinado com a Associação Bahiana de Medicina (ABM), que a partir de um determinado valor de causa a ABM iria ao Tribunal de Justiça que o consultou, independente que não tivesse interesse de conflito com a SESAB, para ver se havia indicação ou não para aquele produto, e aquilo estava sendo implantado junto com as Varas de Saúde. Estavam trabalhando para desenvolver Câmaras de Conciliação para que não fosse necessário se fazer um judicialização e que se resolvesse ainda em um nível de arbitragem. Inclusive havia solicitado ao Senhor José Saturnino Rodrigues, que montasse uma mini Central de Regulação para liminares, para evitar que ele fosse chamado pela Assessoria de Comunicação (ASCOM) às onze horas, dizendo que teria de sair da SESAB, porque iriam mandar lhe prender, pois tinha uma liminar há trinta dias sem ser cumprida, o que era um problema sério e esperava, que todo aquele processo de reestruturação do judiciário da Bahia, onde iria realizar também um Programa de Educação Continuada, para orientar os Assessores de desembargadores, Juízes nos processos de um conceito, que eles não dominavam ainda, que era o conceito de custo e efetividade. Um Juiz não entendia, acreditava que a vida não tinha preço, porém, do ponto de vista do conceito de custo e efetividade, tentariam inserir no judiciário, e acreditava que iria ajudar no processo de judicialização. Com relação ao Hospital Regional de Juazeiro, destacou que vinha sendo sugerido pelo IMIP desde o ano de 2009, havia um desequilíbrio financeiro no contrato, e nos últimos meses começaram a cortar serviços por conta do desequilíbrio. Todos os contratos de OS venceriam entre maio, junho e julho de 2015, já tinham um modelo novo para apresentar às OS, basicamente era um modelo que iria apertar mais nas metas físicas e menos nas metas qualitativas. Seria mais focado em metas e produção e menos por não tentar, que teria capacidade de controlar pagando contratos cheios. Então, colocariam Auditores independentes em cada contrato, da mesma forma como era feito no Hospital do Subúrbio, que era uma PPP. Cada contrato de OS teria uma Auditora independente, fiscalizando a sua execução e fornecendo relatórios mensais do desempenho daquele contrato. Salientou, que estava sendo feito, pediu compreensão, quando houvesse enfrentamento da SESAB com aquelas OS e tivessem qualquer dúvida, já que o Presidente estava mais próximo dele estaria mantendo- o informado continuamente, os enfrentamentos seriam necessários. Com relação ao Instituto de Medicina Integral Professor Fernando Figueira (IMIP) que geria o Hospital da Criança, comentou que tinha um contrato de cinco milhões por mês, vinha executando as Cirurgias Cardíacas; estava executando as Cirurgias Ortopédicas Pediátricas, operando com cento e cinquenta leitos, dos duzentos e oitenta e quatro. Então, se entendia que aquilo significava não cumprir as metas, e aplicaram a multa contratual de novecentos mil reais em fevereiro, que se repetiu em março. Eles discordaram da situação, foi dado um prazo de quarenta e cinco dias para que pudessem reativar os leitos de Cirurgia Cardíaca e Cirurgia Ortopédica, porém, havia recebido no dia 26 de março uma carta deles informando, que não tinham interesse em continuar na Gestão para o Hospital da Criança, e a partir do dia 30 de maio quando vencesse o contrato iriam colocar emergencialmente uma OS. O processo de seleção já tinha sido dado entrada na semana anterior na Procuradoria Geral do Estado (PGE) para que fosse realizada a seleção de uma nova empresa que iria assumir a partir do mês de agosto, porque se levava três meses aquele processo para selecionar o hospital. Lembrou, que estavam devendo a eles ainda quinze milhões de reais referentes aos primeiros meses do contrato. Eles haviam começado no dia 1º de junho e não tinham recebido os meses de junho, julho e agosto. Começaram a receber no mês de setembro e argumentando que não estava cumprindo as metas porque a SESAB devia quinze milhões de reais para eles. Fizessem as contas e veriam quanto seriam os juros de vinte e dois meses sobre quinze milhões de reais, e quanto seria cento e cinquenta leitos menos Cirurgia Cardíaca e Cirurgia Ortopédica durante vinte e dois meses, um executado. Iriam verificar quem devia para o que, para quem, e encerrariam. Se a SESAB devesse para eles pagaria e vice-versa. Naquele nível estava defendendo o interesse público, não tinha nada contra o Presidente do IMIP ou quem estivesse lá gerindo, inclusive havia conversado com o Ministro Alberto Costa, que ligou em defesa do IMIP que disse que não tinha nenhum problema em sentar com o referido Instituto, e se quisessem continuar executando o contrato da forma como acreditavam que deveria ser executado, continuariam, senão, trocariam a empresa por outra. Com relação à BAHIAFARMA, informou que houve através do Whats App uma crítica ao Sr. Ronaldo, que tinha assumido a entidade, porque o mesmo era funcionário da Orange Life, que vendia o kit do chikungunya. No entanto, significava que não encontraram nada de

601

602

603

604

605

606

607

608

609

610

611

612

613

614

615

616

617

618

619

620

621

622

623

624

625

626

627

628

629

630

631

632

633

634

635

636

637

638

639

640

641

642

643

644

645

646

647

648

649

650

651

652

653

654

655

656

657

658

659

grave na vida do mesmo para o acusarem, porque para acusar uma pessoa de ter sido funcionário de uma Empresa de Biotecnologia avançada, não era uma crítica e sim um elogio. Respondeu para o Conselheiro Marcos Antônio, que a BAHIAFARMA não produzia kit diagnóstico. O perfil de executivo, que identificaram para a BAHIAFARMA teria que ser um executivo da Indústria Farmacêutica, e na sua avaliação não tinha deslanchado porque ela não tinha uma gestão profissionalizada, e no dia 30 de abril a mesma perderia cinco contratos de PDP se não se desse o princípio do processo de entendimento com as indústrias de PDP. Explicou que a BAHIAFARMA não era uma empresa qualquer (Falha na gravação, comprometendo assim a fala). Empresa fosse nacional ou multinacional, se associava à BAHIAFARMA, transferia a tecnologia de produzir aquele medicamento, comprimido ou biológico, e durante cinco anos ganharia exclusividade para vender para o mercado brasileiro inteiro. "O SUS diz: vou comprar a aspirina da BAHIAFARMA para vender para o Brasil inteiro. A empresa teria uma exclusividade de acesso ao mercado brasileiro, ela sai, transferiu a tecnologia e fica ganhando royalties como se fosse uma sócia da BAHIAFARMA. Isso entra interesse para várias empresas e era um ponto estratégico do SUS, porque se você pegasse os biológicos que custam um milhão de reais por ano para tratar artrite reumatóides, transfere a tecnologia, produz na BAHIAFARMA e o Ministério da Saúde diz que vai comprar somente everolimus, etanecerpt. A BAHIAFARMA vai ser a maior fornecedora no Brasil inteiro daquela molécula." Informou, que havia hoje concretizada apenas dois comprimidos produzidos dentro da BAHIAFARMA até então e os outros corriam o risco de perder. Naquela tarde foi feita uma reunião emergencial, o Professor Badaró foi com o Sr. Ronaldo para Brasília sentar com a Novartis para ver se chegavam a um acordo, porque o fabricante queria levar a parte da BAHIAFARMA para São Paulo, os 50% do etanecerpt, iriam perder uma molécula, assim como iriam perder todas as outras se até o dia 30 não fizesse reuniões urgentes para garantir essas PDP's, que foram garantidas ao estado da Bahia, e acreditava que devia ter custado muito a saliva de Washington Couto e de Solla para conseguirem levar essas PDP's para a BAHIAFARMA. Comunicou, que a BAHIAFARMA tinha trocado a sua Diretoria atualmente, tinha sido quatro meses em busca de um nome, chegaram currículos de pessoas que não eram qualificadas e o Governador vetava, até que chegaram a um nome de um jovem executivo, que se desligou da empresa onde trabalhava, mudou-se para a Bahia, o que facilitou, pelo fato da sua esposa ser baiana. Tinha família aqui, chegaram a fechar um nome e a conversa dele começava com sessenta mil reais de base e mais prêmios que garantissem no mínimo uma bonificação de dobrar o seu salário ao final de doze meses, e aquele era o preço médio de executivo no mercado de indústrias farmacêuticas. Era muito caro um profissional daquele nível, e estava vindo trabalhar com os valores da BAHIFARMA, que eram em torno de doze mil reais. Então, não era nada espetacular. Atualmente as UPAS eram um problema sério na Bahia, tinham quase trinta UPAS para abrir, construídas pelo Estado ou pelos Municípios e eles não tinham dinheiro para custeio, tentando viabilizar a situação através dos consórcios, que seria outra área. Em uma próxima oportunidade, quando fizesse a apresentação das Ações de Política do Governo, iriam tentar viabilizar as UPAS fechadas, colocando-as no consórcio. Quanto ao Hospital do Cacau, no dia 05 de maio ele e o Governador iriam a Ilhéus lançar a ordem de serviço, onde seriam vinte e quatro meses de construção, que seria entregue a primeira fase do hospital. O Hospital de Ilhéus estava em reforma, que começou orçada em sete milhões e meio de reais, iriam interromper a reforma, verificar o que já tinha sido construído, usar os recursos que sobraram e fazer uma reforma interna. Pintar, colocar piso, dar um visual bacana, chamar o Sr. Fernando Peixoto que tinha feito os prédios coloridos, para que desse uma casca bonita para ele, e depois que inaugurasse o Hospital do Cacau o mesmo seria municipalizado para o Município de Ilhéus. Já que na próxima reunião apresentaria as políticas e tinha a política específica para o co-financiamento da Atenção Básica, sugeriu fazer um estímulo para que os Municípios ampliassem a sua cobertura, a Política de Doação e Incentivo ao Transplante Cardíaco, a Política de Incentivo à Reestruturação de Santas Casas e pequenos hospitais, os Hospitais de Pequeno Porte (HPP), a Política de Combate às Filas e Consultas e Cirurgias Eletivas. Aquelas eram as quatro políticas que estavam prontas, mas havia toda a explicação do funcionamento dos consórcios. Tinham começado na semana anterior à reunião e iriam se reunir com os quatrocentos e dezessete Prefeitos. Já tinha se reunido com cento e oitenta Prefeitos ao longo das últimas duas semanas, e até o final do mês de abril e meados do mês de maio concluiria reuniões com todos os Prefeitos e Secretários de Saúde do Estado da Bahia. Essas reuniões eram realizadas pela manhã e a tarde no Centro Administrativo da Bahia e já estavam saindo de lá com os consórcios garantidos. Comunicou que a situação do Hospital Couto Maia era um problema, porque as empresas MRM e SM, que haviam ganhado a licitação começaram a construir com recursos próprios. Reuniram um financiamento que pudessem agilizar; conseguiram o financiamento por conta da dificuldade financeira, que a empresa MRM havia apresentado; o Estado da Bahia não pôde impor garantias para que o DESENBAHIA passasse recursos, mesmo o recurso vindo do Banco do Nordeste, mas o Estado da Bahia teria que garantir que a MRM iria executar. Então, comprovou-se que aquilo seria muito arriscado e que aquela equação não estava boa. No começo, o Estado não tinha contratualmente obrigação de viabilizar o empréstimo e não existia nenhum lugar onde

661

662

663

664

665

666

667

668

669

670

671

672

673

674

675

676

677

678

679

680

681

682

683

684

685

686

687

688

689

690

691

692

693

694

695

696

697

698

699

700

701

702

703

704

705

706

707

708

709

710

711

712

713

714

715

716

717

718

719

dissesse, que seria o DESENBAHIA que teria que colocar o dinheiro, e a intenção do Estado não era pedir dinheiro para o consórcio, o que era um impasse legal e estava nas mãos do Procurador Geral do Estado, para que se decidisse se haveria uma nova solicitação das empresas MRM e a SM e licitaria novamente. Se a SM iria comprar a parte da MRM para construir, o fato era que se tratava de uma questão legal que se encontrava em andamento naquele momento com o Senhor Paulo Moreno, Procurador Geral do Estado da Bahia. Com relação à fala da Conselheira Liliane, respondeu que na última segunda-feira esteve com o Governador no Odontomóvel, que realizava doze mil atendimentos por cada parada, e o Governador solicitou que ampliassem o Movimento de Saúde Móvel no Município de Salvador, para que até o final do ano se colocasse um odontomóvel para que dobrassem a capacidade do atendimento odontológico. Quanto aos Centros de Especialidades Odontológicas - CEO entrava-se na Política Básica, o mesmo não era do Estado e sim do Município e este que teria que fazer. Em resposta ao conselheiro Marcos Antônio, salientou que o novo Diretor do Hospital Ana Nery era negro. Em relação ao Hospital Espanhol, informou que tinha uma dívida conhecida de duzentos e noventa milhões de reais, que seria equivalente à construção de três hospitais, e por isso era contra, que se utilizassem duzentos e noventa milhões e construísse um hospital na Barra para servir à população que não morava na Barra. O recurso seria melhor utilizado se construíssem hospitais onde a população morava. Salientou, que na próxima segunda-feira teria uma reunião, e se não apresentassem um plano, desenhado pela PGE, onde iriam se reunir com os credores da Desenbahia e da Caixa Econômica Federal, para que dessem uma solução para o Hospital Espanhol, mas que não passaria por estatização, já que o Decreto não era de desapropriação, se tratando de um Decreto de utilidade pública para fins de desapropriação. Colocou que a Central Estadual de Regulação teve a alegria de conhecer o Senhor Paulo de Tarso, fundador das Regulações de Saúde de vários Estados do Brasil e que seria o cérebro da Regulação. O Superintendente era o Senhor José Saturnino Rodrigues. Era o especialista em Regulação que iria escolher o novo software, iria dizer como seria feito. "Vamos proibir que os hospitais internem todos nos seus leitos e fazer com que 100% dos leitos da Rede Própria e da Rede que contratamos, sejam doados à possibilidade de um hospital." Disse que Iria fazer com que funcionasse como funcionava em vários estados do Brasil. "Você tem que ter 100% de Regulação, e se você não tiver 100% de Regulação fica no telefone ligando para o hospital para saber se tem vaga, e quando se fala é porque é telefone fax, é porque está emperrado, como é que vai se fazer Regulação ligando para o Hospital da Bahia para saber se tem vaga. Então ele pergunta se é AVC ou infarto e vai verificar o AVC sequelado. Estou cheio. Como acha que está cheio, vai mandar uma pessoa lá ver se não tem leito? Então, seria resolvido isso com política e incorporação de tecnologia. Já tivemos algumas reuniões com empresas de informática que tem vindo do Brasil inteiro, querendo vender soluções, visitas a outros estados do Brasil que tem Sistema de Regulação com software, que compraram por trinta milhões de reais e poderiam ser doados para o Estado da Bahia. Eles não podem vender, mas podem doar à Empresa de Arquitetura que vai fazer a arquitetura desse Sistema." Disse que o preenchimento inicial será aplicado na Rede Própria do interior e depois evoluir isso para os Hospitais Municipais, de modo que ao cabo dos próximos anos se conseguisse levar a sério esse processo de informatização na área da Gestão Interna, a sua principal bandeira dentro da Secretaria. O Conselheiro Marcos Antônio Almeida Sampaio colocou que a BAHIAFARMA estava falida, um patrimônio público destruído, e a gestão que fez o resgate, que inclusive colocou a BAHIAFARMA novamente no mapa do Estado da Bahia, como um instrumento, que hoje poderia qualificar, já que o Senhor Secretário estava dando um upgrade. Queria registrar aquilo não como forma de polemizar, no entanto, a sua questão de ordem era no sentido de contribuir para que depois não saísse dali como se tivesse feito injustiça, onde aqueles companheiros e companheiras estavam lá e fizeram aquele resgate histórico, que tinham saído como incompetentes, como se não tivessem conseguido fazer com que a BAHIAFARMA cumprisse com a sua função. O Conselheiro Fábio Vilas-Boas Pinto Comunicou para o Conselheiro Marcos Antônio, que não era seu desejo, em hipótese alguma, que ficasse a impressão de que estavam rotulando a atuação da Dra. Julieta Palmeira como de incompetente, e diria que a empresa precisava de um processo de profissional técnica, de um profissional que viesse da área de Indústria Farmacêutica para poder alavancar. Salientou, que estavam com um projeto de atração de Indústrias Farmacêuticas para o Estado da Bahia, que iria representar o maior processo de industrialização do Estado, depois da implantação do Polo Petroquímico de Camaçari. Inclusive tinha ido a São Paulo juntamente com o Governador Rui Costa, onde se reuniram com o Presidente do Sindicato das Indústrias Farmacêuticas, com todos os presidentes e donos de companhias farmacêuticas nacionais e multinacionais que lá se encontravam e criaram um projeto que fazia questão de apresentar na próxima reunião de atração de Indústrias Farmacêuticas no Estado da Bahia. Tinham algumas empresas, sobrevoaram para escolher terrenos em Camaçari, e no Parque Tecnológico da Paralela tinham empresas da Alemanha, Estados Unidos e de São

721

722

723

724

725

726

727

728

729

730

731

732

733

734

735

736

737

738

739

740

741

742

743

744

745

746

747

748

749

750

751

752

753

754

755

756

757

758

759

760

761

762

763

764

765

766

767

768

769

770

771

772

773

774

775

776

777

778 779

780

O Senhor Presidente agradeceu a presença de todos, declarando encerrada a sessão e agendando a próxima reunião para o dia 14 de maio de 2015, quinta-feira, às 09 horas. Não havendo mais o que tratar,

781 782 783	eu Elisabete Lima de Morais – Coordenadora do Conselho de Saúde, lavrei a presente ata, que será assinada pelo Senhor Presidente do CES e pelos Senhores Conselheiros, após lida e aprovada. Salvador, 16 de abril de 2015.
784	Ricardo Luís Dias Mendonça – Presidente
785	Elisabete Lima de Morais – Secretária Executiva
786	Abdon Martins Pinho
787	Antônio Marcos Almeida Sampaio
788	Beatrix Kunz
789	Carlos Alberto Seixas Rio
790	Célia Maria Alexandria de Oliveira
791	Cícero Figueiredo Ribeiro
792	Déborah Dourado Lopes
793	Doraídes Alves Nunes Almeida
794	Edson Morais de Oliveira
795	Eliane Araújo Simões
796	Fábio Vilas-Boas Pinto
797	Francisco José Sousa e Silva
798	Gislene Villas Boas Torres da Silva
799	Isadora Oliveira Maia
800	Jorge Geraldo de Jesus Rosário
801	José Silvino Gonçalves dos Santos
802	Lázaro Figueiredo dos Santos
803	Lázaro Ribeiro de Souza
804	Leonídia Laranjeira Fernandes
805	Lílian Fátima Barbosa Marinho
806	Liliane Elze Falcão Lins Kusterer
807	Lourani Maria Carneiro
808	Luiz Américo Pereira Câmara
809	Marcos Antônio Almeida Sampaio
810	Maria do Carmo Brito de Morais
811	Maria Helena Machado Santa Cecília
812	Mariana Cotrim
813	Olívia Santos Pereira
814	Sílvio Roberto dos Anjos e Silva
815	Viviane Almeida Sarmento
816	Waldir Cerqueira dos Santos
817	Walney Magno de Souza
017	manicy magno de bouza